

POLÍTICA E IDEOLOGIA: A QUESTÃO AGRÁRIA DO PONTO DE VISTA DA IGREJA CATÓLICA NO BRASIL (1950-1964)

Paulo Bassani*

A Igreja Católica procurou em diversos momentos ocupar um espaço, às vezes junto às classes dominantes, outras junto as classes dominadas. As diferenças em seu posicionamento resultam do fato de que sua linha político-ideológica assume diferentes facetas nos diferentes períodos da história.

A fim de compreendermos a dinâmica da Igreja no campo brasileiro, nossa preocupação principal será examinar de que maneira a Igreja começou a ter preocupações com o homem rural, em especial com o campesinato e, verificar que orientação político-ideológica sua Doutrina Social Cristã trilhou no seu intento junto ao movimento camponês.

Nosso período de análise prende-se aos anos 50 e início dos anos 60, isto porque este período foi marcado por profundas transformações na estrutura econômica e social brasileira. Como resposta a estas transformações, ocorreram mobilizações políticas dos mais diversos segmentos da sociedade, que buscavam ocupar o seu espaço político no processo econômico e social em curso.

A Igreja Católica entra neste processo via Questão Agrária, com o interesse de tutelar política e ideologicamente as classes subalternas do campo.

Historicamente, a Igreja Católica tem tido um papel relevante na vida política brasileira, tanto a nível da política informal, quanto a nível da política real. As constantes declarações dos Bispos e pensadores cristãos do período analisado demarcam a presença da Igreja no pensar e atuar no meio rural, o que representa uma mudança de atuação da Igreja no contexto sócio-político nacional.

Grande parte do discurso político-ideológico dos Bispos e da Hierarquia da Igreja Católica a partir dos anos 50 voltam-se aos problemas sociais, porém sem jamais descuidar-se dos aspectos religiosos.

A Igreja Católica entra na discussão política nacional e, de maneira particular, na questão agrária manifestando posições quase sempre contraditórias. Este caráter contraditório de suas posições decorre do fato de seus pensadores e líderes serem influenciados por uma série de diferentes correntes do pensamento - resultantes das suas interpretações da realidade social. Daí o fato da Igreja não apresentar nem uma política ideológica una, nem objetivos e opções comuns.

* *Mestre em Sociologia Rural e professor do Departamento de Ciências Sociais da UEL.*

WANDERLEY (1978:94) ressalta duas correntes históricas que se destacam no interior da Igreja: **os integristas e os progressistas**. Segundo o autor, suas opções e interesses apresentam-se divergentes. O mesmo não ocorre com sua concepção de **mundo cristão**, que está presente explícita ou implicitamente nas duas correntes.

DORIA (1978), analisando de um ponto de vista estrutural global, relaciona a diversidade interna da Igreja às transformações sociais, colocando assim sua unidade dentro de determinados marcos históricos transitórios.

De uma forma geral, no entanto, é difícil imaginarmos um campo qualquer da discussão política neste período onde a Igreja não estivesse presente.

Neste sentido, a Igreja assume, nos anos 50/60, importância histórica, na medida em que se encontra presente nas grandes discussões políticas do país. Cabe salientar, porém, que esta presença, mesmo quando orientada pelos setores mais progressistas, não implica, necessariamente, que a Igreja Católica tenha representado no Brasil uma entidade de frente, de vanguarda, na qual as classes subalternas do campo e da cidade tivessem encontrado um canal de expressão de seus anseios e, principalmente, um canal de organização popular que viesse a contribuir para o avanço de uma consciência crítica transformadora com a consequente mudança da realidade social.

Chega-se a esta conclusão especialmente se adotarmos a perspectiva estrutural de análise apontada por DÓRIA para o caso da América Latina e, em especial, do Brasil, onde a Igreja esteve presente na consolidação da estrutura de dominação da sociedade de classes. Com esse passado, a Igreja tende mais a desempenhar uma função conservadora, mantenedora do **status quo**, do que revolucionária.

Como afirma ALVES (1979-259)

“Os que baseiam suas esperanças de uma profunda transformação do regime político e social do Brasil na mobilização militante da Igreja Católica enganam-se redondamente. Alguns setores da Igreja poderão contribuir para estas transformações. A Igreja poderá adaptar-se a uma sociedade transformada. Mas não estará na vanguarda das lutas necessárias para a realizar. Não há atalhos para a revolução. Os que passam pelas sacristias não vão mais longe que qualquer outro”.

Por outro lado, dentro da concepção de **mundo cristão** apontada por WANDERLEY (1981), a Igreja obscurece os antagonismos e os conflitos que a estrutura de classes envolve. Abrigando em seu interior classes e frações de

classes antagônicas, e tendo interesse em preservá-las, a Igreja passa a desenvolver "um discurso **unitário ambíguo**, que tem como principais e inevitáveis funções conservadoras ocultar, deslocar e superar simbolicamente, na transcendência, os conflitos sociais inerentes a toda a sociedade de classes" (MADURO, 1981:172).

No caso brasileiro, em diferentes momentos, a Igreja, através de seu discurso, tem contribuído para a transmissão e ampliação da Ideologia das classes dominantes. Isto porque basicamente e, com muita frequência, sua pregação tem orientado as classes subalternas à resignação, à salvação individual e à omissão do homem como ser social que faz a história, contribuindo dessa forma para o escamoteamento dos antagonismos e contradições de classes da sociedade.

Como resultado de uma sociedade contraditória e antagônica, emergem os movimentos sociais para responder a estas questões. A Igreja, inserida neste contexto, posiciona-se, ou defendendo o **status quo**, a ordem e desta forma favorecendo as classes dominantes, ou se empenhando na luta pela transformação social, colocando-se desta forma ao lado das classes subalternas.

Mesmo que se possa considerar que a Igreja vem assumindo na América Latina, através da Teologia da Libertação, isso já no final dos anos 60, uma posição mais progressista, mais conseqüente, sua tendência geral na estrutura de classes dos países latino-americanos tem sido de assumir uma posição conservadora.

"Isto não quer dizer que uma Igreja não possa desempenhar funções "revolucionárias" em lutas circunstanciais, durante certos períodos e para certas frações sociais. Não. Mas queremos dizer que uma Igreja tende a desempenhar, a maior parte do tempo, uma função conservadora, sobretudo nas sociedades de classes com estrutura de dominação consolidada ao longo de um processo de muitas gerações, e sobretudo se essa igreja esteve presente com tal igreja durante este processo de consolidação da estrutura de dominação".

(MADURO, 1981:172)

A evidência desta tendência conservadora da Igreja, apontada pelos autores citados anteriormente, transparece exatamente nos momentos em que as forças sociais, representadas pelas classes subalternas, passam a antepor às classes dominantes um projeto político específico. Se relacionarmos esses aspectos ao caso brasileiro a partir da década de 50, poderemos encontrar bons indicativos.

Como já havíamos colocado anteriormente, a década de 50 foi marcada por profundas transformações sociais causadas principalmente pelo incremento da acumulação do capital industrial. Neste período, a emergência dos movimentos sociais de origem rural foi significativa. Isto porque as classes subalternas atingem um certo grau de consciência e participação no processo econômico e político brasileiro. A Igreja, que antes demonstrava maior preocupação com o operariado urbano, diante deste quadro, passa a ampliar sua atuação no meio rural, seguindo a orientação de seus setores mais conservadores. Seu interesse pelo campo e, de modo particular, pelo movimento camponês se deu muito mais em função da disputa com os grupos de esquerda já atuantes no campo, da tutela do movimento camponês, e da conseqüente contenção do avanço comunista perante as camadas camponesas, do que de uma avaliação e posicionamento críticos das condições sociais de existência dessas camadas.

Com efeito, segundo alguns autores tais como MARTINS (1981), LOUREIRO (1980) e CARVALHO (1982), o interesse que a Igreja Católica passou a ter pela questão agrária representou, de modo particular, a preocupação que esta tinha em relação ao avanço e a ação comunista no campo, representados pelas Ligas camponesas, pelo Partido Comunista Brasileiro e pelos setores mais progressistas do PTB, entre os quais os líderes do MASTER no RS.

Demonstrando a preocupação com o aliciamento das populações rurais pelas forças comunistas no campo, a Igreja Católica de Goiás em 1961 manifestou-se sobre esta questão;

“As condições críticas da agricultura na América Latina vem causando grandes preocupações ao Vaticano. Essas condições que afetam a maior parte da população são tidas como o ponto mais fraco da economia da região e fonte de perigosa insegurança política que pode servir de porta aberta ao comunismo”.

(A Igreja ..., 1961, apud LOUREIRO, 1980:41)

Não só a preocupação da Igreja com o avanço comunista no campo, mas também o divórcio entre a Igreja e as massas rurais ficam evidenciados por MARTINS (1981:88).

“A Igreja entrou na questão agrária, através da pastoral de D. Inocência, por uma porta extremamente reacionária. Aquela pastoral nasceu numa reunião de fazendei-

ros, padres e professores rurais e não numa reunião de camponeses e trabalhadores rurais. A preocupação com a agitação que estava chegando ao campo, com a possibilidade da Igreja perder os camponeses, como tinha perdido os operários. A questão era desprolateralizar os operários dos campos, evitar o êxodo que levava os trabalhadores para a cidade e os tornava vulneráveis à agitação e o aliciamento dos comunistas”.

Esta mesma questão é apontada por CARVALHO (1982:76).

“O êxodo rural, a abertura de estradas, jornais e cinemas, rádio são meios que permitem a divulgação de “idéias arrojadas e revolucionárias”, contribuindo desta forma, para alterar a “índole conformista e rotineira dos trabalhadores rurais. Estes fatos e mais a precária situação econômica e social do trabalhador rural constituem o terreno fácil para a ação de agitadores, que nas palavras do Bispo - se agirem com inteligência, nem vão ter necessidade de inventar coisa alguma. Bastará que comentem a realidade que ponham a nú a situação, em que vivem ou vegetam os trabalhadores rurais - ”.

Quando a atuação da Igreja não é essencialmente conservadora, atua segundo uma concepção reformista, mais ético-religiosa que estrutural. Desta forma, a Igreja passa a propor melhorias das condições sócio-econômicas das classes subalternas rurais através de programas de educação rural, formação de lideranças, apoio a organização sindical e cooperativista, os quais tem sido, entre outros, os fatores mais homogenizadores da ação católica no meio rural brasileiro.

Desta forma, a ação católica no meio rural brasileiro tem se caracterizado mais por lutar contra as correntes políticas de esquerda, do que contra o capital. Nesse sentido, a Igreja procura aperfeiçoar e melhorar a sociedade capitalista sem lutar contra a alteração de suas bases estruturais. É indubitável, pois, que com este aporte ideológico favorável a manutenção do **status quo**, a ação social da Igreja no campo assumiu um caráter reformista, quando não conservador, e marcou sua atuação dentro dos marcos institucionais da sociedade capitalista pautada na propriedade privada.

A solução da questão agrária dentro desta concepção seria dada por uma proposta de reforma agrária que “respeitasse e consagrasse” a propriedade individual como elemento básico (CARVALHO, 1982).

BIBLIOGRAFIA

- ALVES, Márcio Moreira. **A Igreja e a Política no Brasil**. São Paulo, brasiliense, 1979.
- CARVALHO, Abdias Vilar de. A Igreja Católica e a Questão Agrária: Análise de suas declarações no período 1950-1964. In: **Revista de Cultura e Política**. São Paulo, Cortez/CEDEC, nº 8, jun, 1982.
- DÓRIA, Carlos Alberto. Religião e Política em Gramsci. In: **Religião e Sociedade**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, out, nº 3, 1978, pág. 143-162.
- LOUREIRO, Maria Rita. Brasil anos 60: Igreja e a Reforma Agrária. **Cadernos do CEAS**, Salvador, nº 66, março/abril, 1980, pág. 39-50.
- MADURO, Otto. **Religião e Luta de Classes**. Rio de Janeiro, Vozes, 1981
- MARTINS, José de Souza. **Os Camponeses e a Política no Brasil**. Rio de Janeiro, Vozes, 1981.
- WANDERLEY, Luiz Eduardo. Igreja e Sociedade no Brasil: 1950-64/1964-75, In: **Religião e Sociedade**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, out., 1978, pág. 93-107.
- _____. Movimentos Sociais Populares: Aspectos Econômicos Sociais e Políticos. IN: **Encontros com a Civilização Brasileira**, nº 25, 1980, pág. 107-132.